



ACTA Nº 12/2010

DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE NOVEMBRO DE 2010
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 15 DE NOVEMBRO DE 2010

-----No dia 15 de Novembro de 2010, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se em Sessão Extraordinária temática, convocada ao abrigo do nº 1 e nº 2 do Art. 50º da Lei nº 169/99, de 18/9, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002 de 11/1, e das alíneas a), q) e u) do nº 2 do Art. 19º, do nº 1 do Art. 24º e do nº 2 do Art. 29º, todos do respectivo Regimento, os Deputados da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte, **ORDEM DO DIA:**

➤ **PONTO ÚNICO - *Igualdade na Diversidade, com vista a uma Sociedade Justa.***

-----**ABERTURA DA SESSÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Reunião, quando eram 20 horas e 54 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) DEPUTADO(A) MUNICIPAL
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença (2ª Secretária)
PS	Carlos Alberto Martins Ribeiro
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade (1º Secretário)
PS	Gonçalo Alexandre da Palma Marreiros
PS	João Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim)
PS	José de Jesus Figueira Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de São João)
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Manuel António Campôa dos Santos (Tesoureiro da Junta de Freguesia de S. Sebastião)
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Maria Fernanda Pires de Miranda Carvalho Afonso
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto



Fl. 119v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

PS	Paulo Jorge Correia dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria)
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente da Mesa)
PS	Pedro Manuel Santa Rita Figueiredo Magalhães (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Rui Manuel Furtado Barros Santos
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PSD	Eurico José dos Reis Correia
PSD	Isabel Maria da Silva Matos Azevedo
PSD	João António do Rio Rosa Bravo
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo
CDS	Maria Filomena Vieira de Jesus Sena da Cunha Lima
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
BE	Manuela José Goes Ferreira da Silva

-----**SUBSTITUIÇÃO DE DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira	1 dia	Gonçalo Alexandre da Palma Marreiros

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	SITUAÇÃO
PS	Joaquim Pedro Martins Parreira Cruz (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião)	Solicitou substituição para o dia 28/06/2010, ao abrigo da alínea c) do n° 1 do artigo 38° da Lei n° 169/99, de 18/09, alterada pela Lei n° 5-A/02, de 11/01.
PS	Manuel António Campôa dos Santos (Tesoureiro da Junta de Freguesia de S. Sebastião)	Substitui o Sr. Pedro Cruz (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião).



-----MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Maria Joaquina Batista Quintans Matos - Vice-Presidente
PS	Jorge Bugalho Serpa - Vereador
PS	Livónia Cristina Cravinho Xavier - Vereadora
PSD	Nuno Pedro dos Santos Borges Marques - Vereador
PSD	José Joaquim Pacheco dos Reis - Vereador

-----MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE FALTOU À REUNIÃO:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Júlio José Monteiro Barroso - Presidente
PS	António Marreiros Gonçalves - Vereador

-----APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção foi aprovada, por unanimidade, a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----PONTO ÚNICO - IGUALDADE NA DIVERSIDADE, COM VISTA A UMA SOCIEDADE JUSTA.-----

-----A Sra. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que o tema desta Sessão da Assembleia foge um pouco do tema de que hoje mais se fala e que mais preocupa a todos, a crise, o desemprego, o deficit, da Cimeira da NATO, enfim..., é um tema que anda arredado da conversa do dia-a-dia, mas de facto é importante estar sempre presente, como linha orientadora, na mente de todos e principalmente de quem decide. Referiu que quando se fala na igualdade de género e se relaciona este tema com os cem anos da República Portuguesa, lembra-se do papel das mulheres na implantação da República e da perda de direitos das mesmas logo no início da República. Contudo, ao longo dos últimos cem anos as mulheres e os homens têm conquistado muita coisa, com realce para as mulheres que conquistaram um lugar de quase igualdade, tendo sido o 25 de Abril de 1974 que consagrou a igualdade no acesso ao voto e de uma cidadania plena, estando as mulheres em maioria em certas profissões, actualmente. Disse que em termos culturais ainda se sente alguma discriminação das mulheres. Afirmou que há um problema complicado que tem a ver com a violência doméstica. Referiu que as escolas têm desenvolvido um papel muito grande no caminho da igualdade e de respeito pela mulher. Disse que a inclusão daquele que é diferente na sociedade é também um ponto importante e um trabalho que é desenvolvido em Lagos. Referiu que é importante lembrarmo-nos que aquilo que pensamos estar resolvido, poderá não estar, ou haverá muito ainda por fazer, os tempos o dirão. Terminou saudando a Assembleia pela realização desta Sessão.-----

-----A Dra. Maria Eduarda, Presidente do Núcleo Educativo da Criança Inadaptada (NECI), começou por dizer que todos já ouviram falar da NECI, mas nem todos a



Fl. 120v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

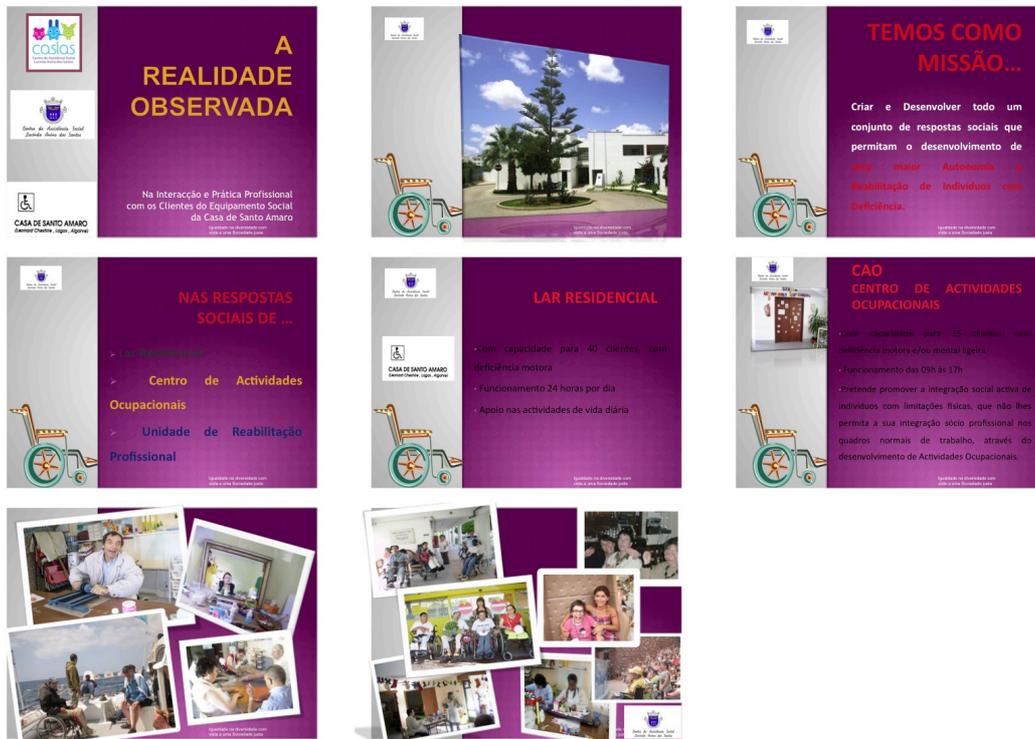
conhecem, pelo que deixou o convite a todos os presentes no sentido de visitarem a Instituição e de a conhecerem por dentro. Posto isto passou a palavra ao Dr. Daniel Alves, Técnico da NECI, que começou por agradecer o convite à NECI para participar nesta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Lagos tendo de seguida feito uma apresentação em PowerPoint, composta pelos seguintes diapositivos e que fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob o número D-494-6.



-----O Dr. José Alberto Baptista, do Centro de Assistência Social Lucinda Anino dos Santos (CASLAS) começou por agradecer o convite dirigido ao CASLAS para participar nesta Sessão da Assembleia Municipal, sendo o tema desta Sessão - Igualdade na Diversidade, com vista a uma Sociedade Justa - a matriz do CASLAS. Referiu que o CASLAS tem uma série de valências sociais cujo trabalho têm como objectivo integrar todos numa sociedade justa.

-----A Dra. Ana Ventura, Membro da Direcção do CASLAS, disse que a Casa de Santo Amaro é uma das valências do CASLAS. Referiu que desde o início da Instituição que é lema da mesma a “igualdade para todos”. Disse que o CASLAS tem uma série de respostas sociais sendo a mais recente a Casa de Santo Amaro.

-----A Dra. Fátima Oliveira, Técnica do CASLAS, fez uma apresentação em PowerPoint, sobre a Casa de Santo Amaro, mais concretamente sobre o Centro de Actividades Ocupacionais composta pelos seguintes diapositivos e que fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob o número D-494-7.



-----O Sr. Carlos Carneiro, Técnico do CASLAS, fez uma apresentação em PowerPoint, sobre a Casa de Santo Amaro, mais concretamente sobre a Unidade de Reabilitação Profissional, composta pelos seguintes diapositivos e que fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob o número D-494-8.-----





verdadeira igualdade de oportunidades. Uma das matérias que pretendemos trazer ao debate é a questão da Mobilidade e Acessibilidades, enquanto área de actuação que assume especial importância no nosso tempo. Os níveis de mobilidade podem associar-se a uma maior ou menor exclusão social, a um maior ou menor desenvolvimento social. E neste sentido, consideramos que ao agirmos por uma sociedade e um município, com índices de mobilidade em forte crescimento, estamos a contribuir para uma comunidade local mais inclusiva, solidária e com melhor qualidade de vida. Em matéria de Mobilidade destacamos os seguintes pontos relativos ao Município de Lagos, cujas intervenções merecem o nosso reconhecimento: - A ONDA, Transportes Urbanos de Lagos, (terceiro classificado a nível nacional no “Prémio Acessibilidades aos Transportes”). Que veio facilitar as deslocações intra-concelhias e contribuir para o reforço da coesão económica, social e territorial. Uma mais-valia para crianças e jovens, para a população activa, para a população sénior, para as pessoas com mobilidade reduzida e população em geral. É um serviço de que nos devemos orgulhar e que cumpre uma função social que consideramos merecedora de ser destacada. - Assim como O Plano Local de Promoção da Acessibilidade do Município de Lagos. Esta é também uma prioridade das políticas do Município de Lagos, pois a autarquia está a participar na primeira geração de programas de promoção da acessibilidade em Portugal. Ainda recentemente Lagos acolheu a realização de uma Conferência Internacional subordinada ao tema “Acessibilidade e Mobilidade para Todos”. - Duas novas circulares. No concelho de Lagos, a requalificação da EN 125 abrange cerca de 20 Km e inclui a construção da Variante de Lagos, a Variante de Odiáxere e a implantação de seis novas rotundas. Esta intervenção irá, com toda a certeza, permitir uma melhoria na circulação e um substancial aumento da segurança rodoviária. - Destacamos também o reordenamento do trânsito e estacionamento na cidade. Que veio permitir um maior e melhor acesso ao centro da cidade. Temos hoje muito mais lugares de estacionamento em quantidade e qualidade, no centro da cidade, de acesso ao centro histórico, uma mais-valia para os lacobrigenses e para todos aqueles que nos visitam. - Assim como o novo edifício dos Paços do Concelho Séc. XXI. Um edifício municipal moderno que Lagos tanto reclamava e que veio dignificar um espaço e um serviço que é público, que é de todos e para todos, com bons acessos e que é acessível a todos. - Mas também consideramos que esta Assembleia é um órgão que merece o seu destaque pela forma como encara as questões da Igualdade, da Diversidade e da justiça social. Pois esta Assembleia constituiu e integra na sua estrutura de funcionamento e estratégia de intervenção uma Comissão Especializada Permanente de Saúde, Acção Social e Promoção de Igualdade de Direitos e Oportunidades. Algo de que nos devemos orgulhar e para o qual devemos continuar a trabalhar e contribuir, juntos, por uma sociedade mais justa, em toda a sua diversidade.”-----

-----A Sra. Sara Coelho (PS) disse o seguinte: “O aumento da riqueza nos países em desenvolvimento nas últimas décadas nem sempre se repercutiu na melhoria da esperança de vida, na taxa de participação escolar ou nos níveis de alfabetização. As desigualdades são um fenómeno multidimensional que dificilmente se poderá



Fl. 122v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

circunscrever apenas a um certo tipo de factores sociais e económicos. Fala-se de desigualdades para designar formas e processos sociais de distribuição e acesso desigual a recursos de vários tipos, que hierarquizam a sociedade em grupos, categorias e territórios, fragilizam as condições de integração, coesão e progresso social, e colocam sob pressão as políticas públicas. Assim, as desigualdades sociais são multidimensionais e estão muitas vezes associadas: podemos falar de desigualdades socioeconómicas, desigualdades face ao emprego, desigualdades de rendimentos, desigualdades escolares, desigualdades de qualificações e competências, desigualdades de género, desigualdades étnico-raciais, desigualdades de capital social, desigualdades territoriais, entre outras. Um dos últimos relatórios da Organização Internacional do Trabalho (2008) abre com um capítulo dedicado às actuais tendências relativas ao emprego e às desigualdades. Nesse relatório, admite-se que o abrandamento económico mundial está a afectar de forma desproporcionada os grupos de baixos rendimentos, tendência que se desenvolve após uma fase expansionista onde as desigualdades de rendimento estavam já em crescimento na maioria dos países. Apesar de se defender que esta desigualdade de rendimentos pode ter alguns efeitos positivos na economia - no sentido em que é encarada como uma recompensa pelo esforço, pelo talento e pela inovação, que consideram ser os motores para o crescimento económico e para a criação de riqueza -, alerta-se, no entanto, para o perigo que os actuais níveis excessivos de desigualdade estão a atingir, representando um perigo para a estabilidade social e para a própria eficiência económica. O desafio político para o futuro próximo terá, assim, de passar por medidas de incentivo à criação de emprego, formação e investimento, evitando, ao mesmo tempo, o crescimento de desigualdades vistas como economicamente ineficientes e socialmente prejudiciais. As relações entre vários tipos de desigualdade social são complexas e podem gerar-se dinâmicas cumulativas mais ou menos extensas e cristalizadas. Quando se acumulam desigualdades pesadas num mesmo grupo, categoria, território ou família, passa a operar uma lógica de reprodução social com as desigualdades instaladas a gerarem as desigualdades futuras. As desigualdades sociais constituem um traço marcante das sociedades contemporâneas, apesar de estas serem, ao mesmo tempo (e sublinho este aspecto), mais do que quaisquer outras no passado, sociedades de oportunidades e de mobilidade social e de expectativas generalizadas de equidade e qualidade de vida. A sociedade portuguesa e, nela incluída, a sociedade lacobrigense, não fogem a este quadro geral. Os progressos indiscutíveis verificados, a múltiplos níveis, nas últimas décadas, não impediram a persistência de formas tradicionais de desigualdade e outras surgiram ou tornaram-se mais visíveis e intoleráveis no curso do trajecto de desenvolvimento e modernização do país. Assim, referimo-nos à grande desigualdade de níveis salariais entre indivíduos com diferentes funções, a qual leva a outro tipo de desigualdades: os baixos rendimentos que muitos indivíduos auferem levam à desigualdade no acesso à cultura e ao lazer, no acesso a material para a educação, no acesso ao desporto, no acesso a algo tão necessário como o vestuário e a alimentação. Referimo-nos à tão estudada desigualdade de género quer no âmbito salarial, quer no acesso ao emprego, levando a que muitas



mulheres sejam desvalorizadas perante homens com as mesmas capacidades. Levando a que esta desvalorização seja sentida não só no mundo do trabalho e social, mas também em casa, junto dos seus. Referimo-nos, ainda, à desigualdade de oportunidades entre trabalhadores com diferentes tipos de contratos e entre jovens e adultos. Finalmente, falamos da desigualdade no tratamento do ser humano, que leva à existência do tráfico de pessoas destinadas à prostituição e ao trabalho escravo. Tal como preconizado no programa do Partido Socialista, sendo definido como uma prioridade clara para o futuro, “é preciso, finalmente, que o País continue a reforçar as políticas sociais e a qualificar os serviços públicos, de modo a que o Estado social possa cumprir a sua missão e aprofundar os seus resultados na luta contra a pobreza e as desigualdades...ao serviço de uma sociedade mais justa e com mais igualdade de oportunidades para todos”.”-----

-----A Sra. Maria Fernanda Afonso (PS) disse o seguinte: “Começo por saudar as Associações aqui presentes e a Dra. Rita Paulos pela exposição que nos deixou. Sendo declarações de princípio do Partido Socialista, o princípio da equidade na promoção social, a organização da nossa sociedade na base dos valores da igualdade, liberdade e solidariedade, bem como o combate às desigualdades e discriminações fundadas no mais diversos critérios, tem toda a pertinência reflectirmos no tema que aqui hoje nos traz. Entendemos que a Educação e a Formação nas várias modalidades e etapas da vida tem sido decisiva, cada vez mais, para habilitar as gerações actuais a dominar os desafios e problemas de um mundo que não está à nossa espera, sendo de facto uma das chaves para o combate das desigualdades. A Escola que hoje temos, uma Escola para todos e durante mais tempo, constitui um verdadeiro desafio à igualdade de oportunidades. A Democratização da Educação não é só uma exigência ética, mas também um imperativo de progresso económico e social que permite desvanecer as desigualdades. Uma Escola pública e inclusiva é uma escola onde todos têm o direito de estudar, construindo juntos o conhecimento. Só assim ganhamos todos.”-----

-----Nuno Serafim (PSD) começou por reconhecer publicamente o trabalho meritório que as duas Instituições lacobrigenses convidadas têm vindo a desenvolver ao longo dos anos. Referiu que o tema desta Sessão é muito abrangente, sendo o subtema “violência doméstica” aquele sobre o qual se decidiu debruçar. Afirmou que a violência doméstica tem vindo a aumentar, de uma forma significativa, no Concelho, bem como nos Concelhos limítrofes, apesar das respostas legislativas recentes. Disse que este “fenómeno” deve ser estudado e acompanhado pela sociedade e tem que ser enfrentado de uma forma abrangente, atacando a sua génese, fortalecendo a consciência cívica e social da comunidade, através da educação e da construção de planos concretos contra este “fenómeno”. Referiu que todos têm como objectivo combater a desigualdade de género e aqui a Administração Local e os Eleitos Locais podem ter um papel fulcral na medida em que são e devem ser um exemplo daquilo que deve ser a sociedade e da maneira como a mesma se deve organizar. Disse que o Poder Local deverá ser o primeiro a mostrar e a promover uma verdadeira igualdade de género a nível da sua organização e dos seus quadros, a nível das oportunidades e a nível da aplicação de



Fl. 123v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

políticas concretas a nível local para o esbatimento destes fenómenos que são negativos. Afirmou que cabe a todos combater as desigualdades que se revelam a todos os níveis e em diversos domínios. Referiu que o PSD tem vindo a promover e a apoiar as medidas que acha essenciais e necessárias para erradicar este fenómeno negativo que existe e que todos têm a obrigação de apontar o dedo e promover as necessárias condições e políticas para o erradicar da realidade local. A título de exemplo, no âmbito da mobilidade e acessibilidade, disse que o edifício onde está sediada a Assembleia Municipal é o pior exemplo, uma vez que os deficientes motores têm muita dificuldade em assistir a uma reunião da Assembleia Municipal.--
-----A Sra. Filomena Sena (CDS) disse o seguinte: “Antes de mais, quero deixar uma palavra de apreço pelo trabalho, esforço, desempenho, dedicação dos responsáveis pela NECI, CASLAS e demais instituições que lutam no seu dia a dia para proporcionar um modo de vida diferente, para quem nasceu diferente, e têm desenvolvido um trabalho notório, que nos honra a todos nós Lacobrigenses. A desigualdade entre homem e mulher sempre existiu, embora a evolução seja grande ao longo do último século. A própria desigualdade entre as regiões, entre o Norte e o Sul do País, sempre existiu desigualdade nas várias vertentes – homem/mulher/riqueza/pobreza etc.. Não quero deixar de assinalar algumas situações de igualdade/desigualdade, que me parecem importantes. - Nos primeiros 10 meses do ano, foram assassinadas em Portugal pelo menos 30 mulheres vítimas de violência doméstica, até á presente data, revelam as estatísticas há acrescentar mais 1 vítima do que em igual período em 2009. - Em 20% os homicídios maridos mataram uma 2ª pessoa, quase sempre um filho, razões amor/ciúme/património/disputa dos filhos. - A igualdade, terá que ser sempre entendida na dicotomia homem/mulher e a sua constituição genética e física, pois só equacionando a problemática em apreço e reflectindo sobre ela, é que poderemos evoluir. Contudo nos últimos anos a igualdade de oportunidades entre homem/mulher sobre o que é ser mulher e ou ser homem porque as diferenças logo à partida estão na natureza humana, têm evoluído. Nos últimos anos, temos assistido a essa evolução significativa a nível mundial. A instauração do princípio da igualdade não pode ser apreciado num dado instante, mas em relação a uma tendência, devido aos obstáculos que se deparam. A igualdade parental e defesa dos direitos dos filhos constituindo um maior equilíbrio entre os direitos homem e mulher. Igualdade na diversidade para uma sociedade mais justa. É obrigação e responsabilidade dos estados, que todos os funcionários sejam tratados com igualdade/justiça respeito seja qual for a raça, o credo, ou orientação sexual. Portugal mercê da revisão constitucional de 1997, está entre os países mais avançados nesta área muito embora a sua prática ainda não se coadune com o preceituado legalmente. Na verdade a Constituição da República Portuguesa por força da alínea h) art. 9º passou a considerar como tarefa fundamental do Estado a promoção da igualdade entre homens e mulheres. A igualdade de tratamento entre homens e mulheres é um princípio fundamental do actual ordenamento jurídico. Trata-se de uma componente de pleno direito de cidadania. A política para a



igualdade de oportunidades entre homens e mulheres pretende neutralizar e ultrapassar as barreiras visíveis e invisíveis que existem e que surgem no acesso das mulheres e homens em condições de igualdade na participação económica política e social, mas tudo isso só é possível com a implementação de uma cultura de igualdade e integração na vida social e política. No campo dos deficientes – grande evolução se operou... aquele que nascia deficiente encontrava-se logo afastado da sociedade. Relembrando tempos idos os deficientes eram enclausurados, abandonados ao seu destino, à doença, aguardando pela morte, ou eram exterminados como na Alemanha Nazi, ou noutras sociedades com cariz político extremista. Hoje, o deficiente independentemente de todas as limitações, têm os seus direitos. Em termos de urbanismo o estado e as autarquias pensam neles e tentam resolver as barreiras urbanas. Existe uma maior integração no sector profissional, a evolução da tecnologia, também muito tem ajudado para a integração das pessoas nascidas diferentes.”-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o tempo atribuído é pouco pelo que decidiu fazer duas apresentações em PowerPoint onde são dados a conhecer alguns números relacionados com o tema da Sessão. A primeira tem a ver com dados a nível mundial e a segunda a nível nacional. Posto esta introdução passou-se ao visionamento da primeira apresentação composta pelos seguintes diapositivos e que fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob o número D-494-14.----



-----A Sra. Manuela Goes (BE) disse o seguinte: “O BE congratula-se com esta iniciativa dado que o tema «Igualdade na diversidade com vista a uma sociedade mais justa» nos toca particularmente. No actual mundo global a Diferença e a Diversidade manifestam-se quotidianamente, fazendo parte de uma desejável



Fl. 124v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

edificação de sociedades pluralistas e progressistas. No entanto, estes conceitos nem sempre são valores referenciais de práticas sociais e políticas de integração e inclusão. Promover um igualitarismo nas actuais sociedades multiculturais, em termos de condições de vida, exige ao poder político uma acção constante de prevenção, intervenção e integração sociais. É um trabalho contínuo que exige uma actualização do diagnóstico social, uma redefinição de objectivos estratégicos, um investimento em equipamentos e em equipas multidisciplinares, uma consolidação de parcerias institucionais e uma avaliação e aferição de resultados. Consultado o PSD (Plano de Desenvolvimento Social) de Lagos de 2007/2009, verificamos as opções estratégicas tomadas e registamos os esforços que têm sido levados a cabo para colmatar grande número dos problemas detectados. No entanto, gostaríamos de perguntar: que melhorias se registaram na área da saúde? Um dos espaços públicos vocacionado para a integração, inclusão e promoção de iguais oportunidades no acesso e sucesso, é a Escola Pública. Não podemos deixar de lamentar o actual estado de coisas no Ensino Público, em que a prioridade de cortes orçamentais está a interferir profundamente na capacidade das escolas em garantir as necessárias condições de inclusão e sucesso educativo. Senão vejamos: - Turmas com alunos com Necessidades Educativas Especiais com mais do número de alunos previsto na lei, por imposição da Direcção Regional de Educação do Algarve; - Falta de psicólogos, pedopsicólogos e terapeutas; - Turmas de Cursos de Educação e Formação, cujo perfil de alunos revela fortes tendências para o abandono escolar, um percurso de retenções repetidas e uma desadequação comportamental e funcional em espaço de escola, cujo limite mínimo de 20 alunos e máximo de 25 alunos foi imposto pelo Ministério de Educação para poupar na colocação de professores; - Situações não identificadas (ou tardiamente identificadas) de alunos em situação familiar de pobreza "envergonhada"; - Cortes financeiros nos apoios económicos aos alunos carenciados; - Poucas acessibilidades para portadores de deficiência. Neste momento, assistimos a uma desarticulação das estruturas de funcionamento da escola, senão vejamos: os funcionários pertença do Município; os professores pertença do Ministério da Educação, o espaço escolar pertença de uma entidade privada (Parque Escolar). Assim sendo, como se pode garantir o exercício da igualdade ao nível pedagógico e social quando a escola perdeu o seu sentido de autoridade e de poder? A escola, efectivamente, já nada de relevante decide e, se decide, fá-lo sob o jugo de outros poderes e influências alheias à sua vivência quotidiana. Reconhecemos que, apesar da necessidade actual de quotas para alcançar a paridade, num futuro a curto prazo o caminho será a valorização e respeito da pessoa humana, do seu mérito e das suas qualidades, garantindo o livre acesso de todos à vida pública, à vida activa e profissional na comunidade. Um Estado por quotas é um Estado pouco exigente, que resume a uma ideia administrativa o ideal igualitário da Revolução Francesa. Assim, o BE considera que a grande preocupação do séc. XXI nesta matéria e na sociedade Ocidental, não é já a igualdade de género, mas sim a realização plena de cada ser humano incluído numa dinâmica social.”-----
-----A Sra. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que este tema é de facto diferente e abrangente. Referiu que a CDU foi buscar a



dimensão do mundo, apresentando dados que são assustadores, o que demonstra que o Mundo vai mal, mas o Mundo não é só um, há vários Mundos, deixando-lhe estes números um pouco mais tranqüila, porque o “nosso Mundo”, apesar das dificuldades, não se compara ao que foi apresentado. Disse que todos têm que dar o seu contributo e têm que estar em alerta. Sobre a violência doméstica disse que a mesma é crime e quando alguém tem conhecimento de alguma situação destas tem que a denunciar. Disse que tem conhecimento de várias situações de violência doméstica que afectam crianças, através da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens. Em relação à escola, referiu que a Sra. Manuela Goês tinha dito que os funcionários pertencem ao Município e os Professores pertencem ao Ministério, mas isso não é bem assim, porque estão todos ligados à escola uma vez que esta tem autonomia para resolver alguns dos problemas. Acrescentou que a Câmara está a fazer tudo o que lhe compete fazer em relação às escolas/educação.-----

-----A Dra. Rita Paulos (CIG) confirmou a maior parte dos números apresentados ao longo das intervenções/apresentações. Em relação à linguística disse que na língua portuguesa o género acaba por não corresponder à realidade, mas obviamente a questão da língua não é o factor mais importante na desigualdade, é só um simbolismo de uma certa cultura assimilada que ainda existe de desigualdade de género.-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) disse o seguinte: “Queria reforçar a ideia que o desafio do séc. XXI, no Mundo Ocidental não é o da igualdade de género, mas sim a realização plena dos seres humanos, independentemente do sexo. Em resposta à Sra. Vice-Presidente: aquilo que eu quis dizer e reforço é que a Escola perdeu o seu sentido de autoridade e autonomia quando deixou de existir a gestão democrática das Escolas, em que os intervenientes na vida escolar escolhiam quem os dirigia. Actualmente os interesses subjacentes à vida das escolas são completamente alheios àqueles que nela vivem, participam e trabalham.”-----

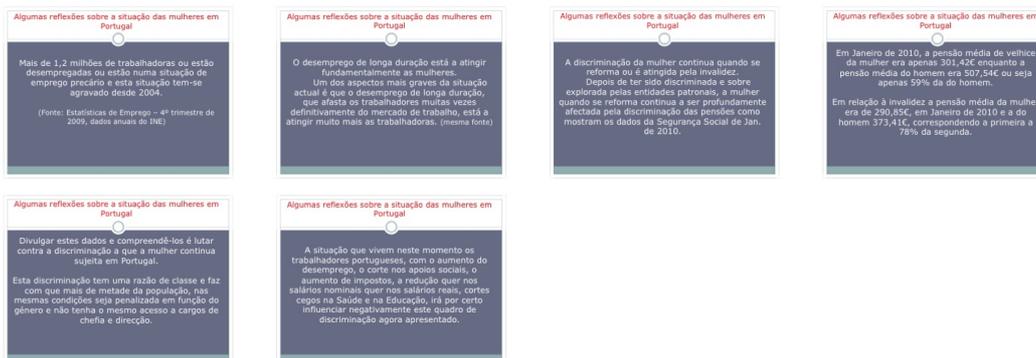
-----O Sr. José Manuel Freire (CDU), conforme já tinha informado, realça que esta segunda apresentação é sobre os problemas nacionais. Manifestou a sua satisfação pela Sra. Vice-Presidente da Câmara Municipal ter começado a sua segunda intervenção pela apresentação feita pela CDU. Disse que não se pode ignorar o que acontece no Mundo. Referiu que estamos inseridos no espaço europeu e este deveria fazer mais no combate às desigualdades da humanidade. Posto isto passou-se ao visionamento da segunda apresentação composta pelos seguintes diapositivos e que fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob o número D-494-16.-----





Fl. 125v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS



-----A Sra. Filomena Sena (CDS) disse o seguinte: “Resta acrescentar que a política dos Estados, neste Século XXI, com certeza que vai olhar muito mais profundamente para as desigualdades entre o Homem e a Mulher, há que acreditar na boa vontade dos homens e das mulheres para continuarem a fazer um Mundo novo e para que não haja tanta desigualdade e tanta discriminação nas nossas sociedades e para que realmente cada vez mais a Humanidade se torne melhor e com melhores condições de vida. O CDS/PP congratula-se pela importância da criação do Gabinete de Apoio à Vitima na novas instalações da PSP de Lagos.”-----

-----O Sr. João Bravo (PSD) disse o seguinte: “Nas sociedades progressistas, é fulcral que a análise da realidade seja efectuada a partir da perspectiva do indivíduo face a todos os outros, já que não é de todo possível encontrar diversidade no que se considera uno. É imperativo que se defenda e promova a diferença como catalisador essencial, para que o progresso ocorra e para que através do sucesso individual o tecido social se possa tornar mais coeso, mais próspero e mais realizado. Na era em que vivemos, podemos olhar para o passado e concluir que um longo caminho já foi percorrido, no entanto, o fenómeno da globalização veio sem margens para dúvida trazer novos desafios, e porventura , bem mais complexos. Não basta hoje debruçarmo-nos sobre estas matérias de forma compartimentada, não basta falarmos única e simplesmente de uma luta segmentaria pela igualdade, é importante realçar a tremenda complexidade que esta palavra encerra. A igualdade deve ser entendida como a forma de socialmente querermos igualizar sem desumanizar. Esta nova aproximação bem mais complexa, requer novos desafios a que as instituições políticas em consonância com todas as energias da sociedade civil têm o dever de responder. Não há efectiva possibilidade de almejarmos uma sociedade próspera sem entender que por este desafio passa inevitavelmente o grau de sucesso atingível. Falar de igualdade, de justiça e de sociedade é mencionar antes de tudo a humanização, o equilíbrio e a inclusão, é um desafio que por força da grave crise económico financeira por que passamos poderá estar seriamente posto em causa, mas certamente não foi por desistir perante as dificuldades que a civilização humana alcançou tantos progressos. É nesta hora de dificuldade que os agentes políticos devem responder com responsabilidade, por forma a combater efectivamente os mais variados fenómenos de exclusão social que materializam por si só a maior ameaça à missão a que responsabilmente nos propomos. No entanto, se defendemos que este desafio deve ser alcançado fazendo uso da perspectiva do



indivíduo face a todos os outros por forma a defender a sua diversidade, é indispensável que esse mesmo indivíduo raciocine não na perspectiva do que a sociedade pode fazer por ele, mas acima de tudo deve concentrar os seus esforços cívicos para determinar o que ele pode fazer pela sociedade.”-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse o seguinte. “Começaria por contextualizar a posição do partido socialista quer a nível internacional e nacional quer a nível local, tendo em conta aquilo que é a matriz do partido socialista no que diz respeito a esta matéria. Aqui os compromissos do PS em geral são conhecidos. Depois da adesão de Portugal à União Europeia, estivemos com o Tratado da UE (1992) que criou a cidadania europeia. Com o Tratado de Amesterdão (1997), que reforçou as bases da Europa social. E por último, com o Tratado de Lisboa, que busca salvaguardar parte substancial dessa visão. Somos pela integração em outras matérias, mas nesta que está hoje aqui em debate não podíamos deixar de estar mais de acordo uma vez que o partido socialista sempre foi a favor da integração social e política, sempre nos batemos pela igualdade e contra todas as discriminações, sejam elas de base social, de género, étnicas, de orientação sexual, etc.. Defendemos os direitos políticos, e os direitos sociais e culturais que hoje constam da Carta de Direitos Fundamentais. A nível local, preocupa-nos e defendemos a preservação, modernização e aprofundamento dos direitos sociais, assim foi criado o Plano de Desenvolvimento Social de Lagos que constitui um instrumento estratégico fundamental, ao nível do município para, em consonância com os parceiros da Rede Social desenvolver de forma eficiente, estruturada e coordenada, a identificação dos problemas, conceber e por em prática soluções para os mesmos, tendo em conta a realidade existente, valorizando as potencialidades inatas e a cultura da comunidade. Assim, os eixos estratégicos dessa intervenção abrangem as seguintes temáticas: organizações/qualidade e comunicação, emprego e formação profissional, saúde, educação, intervenção social, turismo e ambiente. De entre as temáticas mencionadas nos objectivos debruçávamo-nos sobre aquele eixo que mais facilmente se relaciona com a problemática da – Igualdade na Diversidade, com vista a uma Sociedade Justa - e que é a Intervenção Social, pautada pela igualdade de oportunidades: Este eixo subdivide-se em 5 grandes áreas: IMIGRAÇÃO: A dificuldade de integração social dos imigrantes, verificando-se assim a necessidade de criar estruturas de apoio ao imigrante; Sem que fique bem claro que somos contra a imigração descontrolada e clandestina mas também somos pela protecção dos direitos dos imigrantes, pela sua integração profissional e social, pelo reconhecimento dos seus direitos de cidadania. HABITAÇÃO A CUSTOS CONTROLADOS: A constatação da existência de carências habitacionais e conservação dos espaços, conduzindo-se a intervenção para a construção de novos fogos de habitação a custos controlados e incentivo à requalificação das habitações e áreas envolventes; De 1992 a 2010 – Arrendamento – 222 fogos - Subarrendamento – 56 fogos. De 1992 a 2010 – aquisição de habitação a custos controlados – 184 fogos. De 1992 a 2010 - lotes auto construção – 48 lotes. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: Perante a existência de actos de violência, existe a



Fl. 126v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

necessidade de informação e formação, com vista à prevenção/apoio à criação de condições na área de alerta e protecção às vítimas de violência; “A nova Esquadra da PSP em Lagos (uma parceria do MAI com a Câmara Municipal de Lagos), conta com uma sala para atendimento a vítimas de crime e com um quarto de emergência que receberam, por parte da APAV, donativos e material de divulgação que contribuirá para um melhor funcionamento e para uma melhor imagem. Ambos os espaços foram disponibilizados à APAV para que aí possam decorrer alguns atendimentos semanais a vítimas de crime”. www.apav.pt SEGURANÇA: Continuamos a incentivar ao cumprimento das regras de segurança, ao nível laboral, ambiental e rodoviária, sendo necessário reforçar as campanhas de sensibilização; FAMÍLIA: Em situações de dependência e/ou isolamento dos idosos; insuficiência/desadequação de estruturas de apoio à família. Nesse sentido temos aumentado as respostas na área dos idosos e infância, bem como reestruturamos e criamos novos mecanismos de apoio à família e ao indivíduo. E, ainda na área das Acessibilidades e Mobilidade para Todos o Plano Local de Promoção da Acessibilidade de Lagos, que visa tornar a cidade mais inclusiva, pondo Lagos a par dos poucos municípios que fazem parte da primeira geração dos programas de promoção da acessibilidade em Portugal. Em suma, preconizamos medidas de "diferenciação positiva" quando elas se revelarem necessárias para promover a cessação de discriminações, com base em planos e objectivos bem estruturadas de intervenção. Assim, alguém dizia e nós concordamos: “Não ter Planos implica reagir casuisticamente aos fenómenos. Construir um plano implica conhecer os fenómenos. Por um plano em marcha é ser pró-activo relativamente a esses fenómenos”.”-----

-----A Sra. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que o tema da Sessão - Igualdade na Diversidade, com vista a uma Sociedade Justa – é um tema que só numa sociedade democrática poderia ser falado, poderia ser debatido, poderia vir numa agenda. É um tema que antes do 25 de Abril de 1974, não era falado. Disse que a consciência de que no fundo somos todos diferentes, mas todos iguais, todos temos as mesmas oportunidades é a essência da própria democracia, tendo estado na essência dos Governos pós 25 de Abril, sendo prova recentemente disto a Lei aprovada sobre o casamento de pessoas do mesmo sexo. Afirmou que apesar de muito haver ainda por fazer, já muito foi feito e o respeito por quem é diferente é cada vez maior. Reconheceu que os tempos de crise agudizam e trazem para cima da mesa aquilo que de menos bom as pessoas têm. Terminou saudando a Assembleia Municipal pela Sessão e agradeceu à Dra. Rita Paulos a sua presença.-----

-----A Dra. Rita Paulos (CIG) disse que a nível de igualdade de oportunidades é importante ter em conta um factor que tem a ver com o trabalho doméstico. Referiu que os dados que a CIG tem é que as mulheres trabalham dezasseis horas a mais do que os homens nas tarefas domésticas e as mulheres recebem menos que os homens, pelo mesmo tipo de trabalho, havendo mais dificuldades na progressão da carreira. Disse que por vezes as mulheres não são mais activas na vida cívica porque têm uma sobrecarga adicional de tarefas. Referindo-se aos casamentos



entre pessoas do mesmo sexo, disse que ainda há muitos medos entre as pessoas que querem tomar essa decisão, ou seja, não basta termos os direitos, é preciso também trabalhar nas questões que permitem que esses direitos possam ser plenamente usufruídos. A nível de Poder Local disse que todas as áreas têm que trabalhar em conjunto para que cada cidadão possa trabalhar para preencher as suas necessidades.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), encerrou este debate com o seguinte discurso: “Queria falar-vos um pouco sobre aquela que é a minha visão e dar alguns dados que pude recolher sobre a situação europeia em termos de igualdade de género, sobretudo na participação da mulher no trabalho e na sociedade. No fundo para balizarmos um pouco em relação àquilo que é a nossa realidade em relação a este contexto mais vasto, onde estamos inseridos, para o bem e para o mal, e eu acho mais para o bem do que para o mal, a União Europeia é uma casa grande que nos acolheu e é de facto onde nos permitiu dar um salto em termos económicos e sociais e o nosso futuro passa, com certeza, pela União Europeia. A Estratégia de Lisboa, de 2010, apontava para que 60% das mulheres estariam empregadas, não estamos muito longe, se é que já não atingimos, não há dados ainda de 2010, mas em 2008 havia 59,1% das mulheres da União Europeia a trabalhar o que é um valor muito interessante. Esta crise, que todos estamos a viver, com o aumento do desemprego, os dados europeus apontam para um efeito curioso, porque o desemprego, ao contrario do que, penso até passou aqui num slide, o desemprego aumentou mais no sector masculino, nos homens do que nas mulheres, passou de uma média de 6,4% para 9,3% e nas mulheres de 7,4% para 9%, isto porquê? Porque os sectores mais atingidos foram os sectores da industria e da construção onde a mão de obra é predominantemente masculina. Existe uma diferença de rendimento importante, entre homens e mulheres, a média europeia anda pelos 17,6%, em 2007, são os últimos dados que existem. Isto tem consequências, não é apenas no dia-a-dia, como aqui foi falado e muito bem, no acesso aos bens essenciais, mas depois porque isto condiciona o acesso a uma menor protecção social, as mulheres depois, obviamente, em função disto têm reformas mais baixas como aqui ficou bem claro com os dados que passaram aqui nalguns slides. O risco de pobreza também nas mulheres é maior do que nos homens, nas idades activa na Europa o risco de pobreza anda nos 17% e nos homens de 15%, mas isto à medida que vão envelhecendo, a Europa está cada vez mais velha, está a envelhecer a olhos vistos, este risco agrava-se nas mulheres; o risco de pobreza nas mulheres idosas é de 22%, ao passo que é de 17% nos homens, portanto a distancia agrava-se. As mulheres têm também mais trabalho em *part time*, na Europa 31,1% das mulheres trabalham em *part time* em passe só 7,9% dos homens trabalham em *part time*, portanto isto também condiciona, digamos, menor acesso ao rendimentos. Aqui vou passar para uma outra área que ainda ninguém falou hoje aqui, mas que é muito importante, que é a questão da conciliação da vida profissional com a vida familiar. Para a questão dos equipamentos sociais, do investimento em equipamentos sociais o esforço que tem vindo a ser feito nos últimos anos em Portugal, de construir novos equipamentos



Fl. 127v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

sociais, mais equipamentos sociais tem um efeito muito importante em termos daquilo que é a conciliação, a capacidade da vida profissional com a vida familiar e com a possibilidade que dá às mulheres de aceder ao mercado de trabalho. Portugal nesse aspecto está muito bem, está a cima da média europeia, as mulheres portuguesas trabalham mais do que é aquilo que é a média europeia em termos de trabalho, mas as metas de Barcelona, que nós falamos às vezes e que se ouve por ai falar, foram estabelecidas em 2002, dizem-nos que a Europa deveria ter 33% das crianças, até aos 3 anos, deviam ter acesso a uma creche e que 90% das crianças entre os 3 e os 6 anos, que é a idade normal de acesso ao ensino obrigatório, deviam ter acesso a uma escola; pois nós em Portugal, graças à construção que estamos a levar a efeito de novos equipamentos sociais, e já ultrapassamos estas metas em muitos dos nossos Concelhos e isto é de facto uma silenciosa revolução na vida das pessoas, que possibilita o acesso de muitas mulheres ao trabalho; portanto existirem creches, existirem escolas, existirem equipamentos de apoio à deficiência, existirem centros de dia, lares, apoio domiciliário, tudo isto contribui para facilitar a vida familiar e o acesso das mulheres ao trabalho e o acesso, também dos homens e o aumento do rendimento das famílias. Em 2005 na Europa mais de 20 milhões de cidadãos em idade activa e a maior parte eram mulheres cuidavam de adultos dependentes, ou seja, idosos ou deficientes que tinham que estar em casa e por causa disso 20 milhões de europeus adultos, em idade activa tinham que ficar em casa e não tinham acesso ao mercado de trabalho, portanto a possibilidade de termos estes equipamentos, proporcionado pelo Estado, proporcionado pelas Instituições, a funcionar é fundamental para facilitar a vida das famílias e dos cidadãos. Igualdade de género, portanto, não é apenas uma questão, como foi dito aqui já e eu queria reforçar e deixar esta mensagem final, não é apenas uma questão de diversidade e de justiça social é uma pré condição para o desenvolvimento sustentável dos territórios, para o emprego, para a competitividade e para a coesão social, algo que muitas vezes é esquecido mas é essencial para o nosso bem estar. As políticas de igualdade pagam-se, ou seja, elas dão retorno à sociedade, aumentam a taxa de emprego das mulheres, aumentam a sua contribuição feminina em termos de percentagem do PIB, aumentam o PIB, e há um estudo interessante, publicado em 2009 a nível da União Europeia, que diz que, está feito para todos os países, mas por exemplo dou-vos o dado relativamente a Portugal, se tivéssemos políticas activas e se tivéssemos igualdade entre homens e mulheres o nosso PIB era 15% mais elevado, mais impostos e uma outra coisa que também é muito importante para o futuro da Europa que é mais mulheres a trabalhar não iria diminuir a taxa de fertilidade, pelo contrário, iria manter e até mesmo aumentar a taxa de fertilidade das mulheres e isto é fundamental para a sustentabilidade da Europa; parece estranho mas é isso que os estudos apontam. Devemos todos ter e estar especialmente alerta para as discriminações que tendem em aumentar em tempos de crise, a crise serve de desculpa para muitas coisas e o mau ambiente que por vezes se vive em determinadas organizações, os conflitos servem de desculpa para ódios, para atritos, para conflitos e para exacerbar as discriminações de toda a ordem, não apenas de género, mas de todas elas. Portanto se todos, enquanto cidadãos,



estivermos especialmente atentos a este fenómeno que é relativamente previsível, podemos dar um contributo para que isto não venha a suceder e para que Portugal possa seguir em frente.”-----

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa, eram 23 horas e 1 minuto, declarou encerrada a Sessão.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Acta que eu,.....

.....,
Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.--

.....

.....
